

SEXUALIDADES E GÊNERO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Josiana Alves de Andrade Ferreira¹

Núbia dos Reis Pinto²

RESUMO

Este trabalho teve como temática sexualidades e gênero nas políticas públicas de formação de professores. Como objetivo geral, ele pretende analisá-las, a fim de compreender como tais expressões se apresentam na construção da prática pedagógica docente na atualidade. Essa pesquisa foi realizada no município de Quixadá, em que foram entrevistados alguns professores atuantes no segundo segmento do Ensino Fundamental, de uma escola católica da rede particular de ensino. Ela teve a abordagem qualitativa, com caráter exploratório e do tipo documental. Para a coleta de dados, utilizamos como instrumento a entrevista e a análise de conteúdo como técnica de análise de dados. Como conclusão do estudo, destacamos que as políticas públicas de formação de professoras/es, não têm sido eficazes no sentido de atender às demandas necessárias a uma prática inclusiva, no que diz respeito às temáticas de gênero e sexualidades.

Palavras-chave: Gênero. Formação de professores. Políticas públicas. Sexualidades.

ABSTRACT

This work has as its theme sexuality and gender in public policies on teachers training. It has as general purpose, to analyze them, in order to comprehend as that expressions presents in the construction of the teacher pedagogical practice in nowadays. This research was carried out in the municipality of Quixadá, where some teachers working in the seconh segment of Elementary School, from a Catholic school in the private education network, were interviewed. This research has a qualitative approach, with exploratory character and the documental research type. For data collection, we used as instrument the interview and content analysis as a data analysis technique. As conclusion of this study, it is emphasized that the public policies in teachers training have not been effective in meeting the necessary demands to an inclusive practice, with regard to the gender and sexuality issues.

Keywords: Gender. Teacher training. Public policies. Sexualities.

¹ Discente do Curso de Especialização em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

² Orientadora. Socióloga e Mestre em Estudos Étnicos e Africanos pela Universidade Federal da Bahia.

1. INTRODUÇÃO

Apesar de alguns avanços ligados às questões relacionadas a sexualidades e gênero no âmbito escolar, ainda assim, é possível perceber a dificuldade de algumas/ns professoras/es ao trabalharem com essas temáticas em sala de aula. Tal fato evidencia a importância das políticas públicas de formação docente voltadas para sexualidades e gêneros, que possibilite ao educador/a aprender a trabalhar esses conteúdos de maneira satisfatória. Diante disso, esta pesquisa foi delineada a partir do seguinte questionamento: as políticas públicas de formação de professoras/es têm sido eficazes no sentido de atender às demandas necessárias a uma prática docente inclusiva, no que diz respeito às temáticas de gênero e sexualidades?

Antes de discorrer sobre a pesquisa, consideramos necessário especificar os conceitos de sexualidade e gênero, mesmo que ambos constituam-se em dimensões extremamente articuladas, como afirma Louro (2000).

Estudiosas e estudiosos feministas têm empregado o conceito de gênero para se referir ao caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo; assim sendo, as identidades de gênero remetem-nos às várias formas de viver a masculinidade ou a feminilidade. Por outro lado, o conceito de sexualidade é utilizado, nesse contexto, para se referir às formas como os sujeitos vivem seus prazeres e desejos sexuais; nesse sentido, as identidades sexuais estariam relacionadas aos diversos arranjos e parcerias que os sujeitos inventam e põem em prática para realizar seus jogos sexuais. No campo teórico dos estudos feministas, gênero e sexualidade são, ambos, constructos sociais, culturais, históricos. No entanto, essa não é uma formulação amplamente aceita, especialmente quando se trata da sexualidade. Nesse terreno, mais do que em qualquer outro, os argumentos da "natureza" parecem falar mais alto. (LOURO, 2000, p. 63-64)

Este artigo apresenta os resultados da pesquisa intitulada “Sexualidades e gênero nas políticas públicas de formação de professores”, que teve como objeto de estudo as temáticas de sexualidades e de gênero nas políticas públicas de formação de professora/es e está situado no campo da Educação.

Como objetivo geral, o presente trabalho pretendeu analisar as questões de gênero e de sexualidades no que diz respeito às políticas públicas de formação de professoras/es, a fim de compreender como tais expressões se

apresentam na construção da prática pedagógica de docentes de ensino básico em Quixadá. Em relação aos objetivos específicos, o estudo buscou: apreender a prática docente quanto às temáticas: sexualidades e gênero; identificar aspectos do percurso de formação do/a educador/a, que influenciaram na construção da sua prática pedagógica; investigar como a/o professor/a se relaciona com os conteúdos; perceber de que modo elas aparecem nos dispositivos legais relacionados à educação no país.

A pesquisa foi realizada no município de Quixadá, teve abordagem qualitativa, com caráter exploratório e do tipo documental. Para a técnica de coleta de dados, utilizamos como instrumento a entrevista e a análise de conteúdo como técnica de análise de dados. Os autores que fundamentam as partes metodológicas deste trabalho, são: Gil (2008); Oliveira (2011) e Toledo e Gonzaga (2011). Para este estudo foram entrevistados cinco profissionais da educação, sendo três professoras e dois professores, ambos com diferentes formações e atuantes no segmento de ensino Fundamental Anos Finais.

O referencial teórico que orientou esta pesquisa está fundamentado nos posicionamentos de alguns autores que tratam do tema. Para isso, utilizamos as seguintes obras e seus/suas respectivos/as autores/as: Corpo, Escola e Identidade (2000); Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos (BRASIL, 2007); Gênero e Diversidade na Escola: Formação de Professores/as em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais (BRASIL, 2009); Gênero em políticas públicas de educação e currículo: do direito às invenções (Cardoso, Guaran, Unger e Pires, 2019); A Importância das Políticas Públicas Educacionais para as Questões de Gênero e Sexualidade na Escola (Souza e Fialho 2020); Políticas Públicas Educacionais de Gênero e Diversidade Sexual: avanços e retrocessos (Catrinck, Magalhães e Cardoso, 2020).

Além dessas bibliografias, analisamos também documentos legais relacionados a direitos humanos universais e a educação da diversidade sexual no país, como: Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988); Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996); Programa Nacional de Direitos Humanos (BRASIL, 1996); Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997); Declaração dos Direitos Sexuais (1997); Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2014); Diretrizes Curriculares Nacionais da

Educação Básica (BRASIL, 2013); Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018); Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2019).

Destacamos ainda que, as disciplinas intituladas de “Gênero e sexualidades no ambiente escolar” e “Gênero, políticas educacionais e inclusivas” desta especialização, também foram de grande importância para o desenvolvimento deste trabalho, bem como as referências bibliográficas, que se relacionaram diretamente com o objeto da pesquisa.

O interesse pela linha de pesquisa “Corpo, Gênero, Sexualidades e Escola” se delineou devido à minha área de atuação. Sou professora da educação básica de ensino e venho buscando fomentar uma educação inclusiva e de qualidade através da minha prática pedagógica. Nesse sentido, tenho me dedicado ao estudo dos documentos citados anteriormente, para fins de aprofundamento da pesquisa em questão.

Além de possibilitar uma reflexão científica sobre práticas pedagógicas, pesquisas como estas tem o potencial de colaborar com a construção de uma educação mais inclusiva nas escolas de educação básica.

2. METODOLOGIA

Como dissemos previamente, esta investigação foi realizada no município de Quixadá, teve abordagem qualitativa, com caráter exploratório e do tipo documental. Para a técnica de coleta de dados, utilizamos como instrumento a entrevista e a análise de conteúdo como técnica de análise de dados.

Sobre a abordagem qualitativa podemos afirmar:

A análise qualitativa costuma trabalhar com significados, valores, crenças, ou seja, com noções de caráter muito particular e que não se dobram facilmente ao processo de quantificação. As informações que são difíceis de serem quantificadas precisam ser interpretadas de maneira ampla, não se restringindo apenas ao significado imediato do dado objetivo. Efetivamente, a pesquisa qualitativa, busca se integrar ao objeto de estudo para melhor compreendê-lo. Para isso serve-se preferencialmente de informações descritivas capazes de alavancar interpretações que conduzam à delimitação de nexos causais. (TOLEDO e GONZAGA, 2011, p. 188).

O caráter exploratório da pesquisa possibilitou a aproximação acerca do problema em questão, visto que esse tipo de estudo permite coletar várias

informações por meio do levantamento de fontes. Gil (2008) afirma que as pesquisas exploratórias, muitas vezes, constituem a primeira etapa de uma investigação. “[...] Segundo Toledo e Gonzaga (2011, p. 86), elas cumprem, assim, importante função de abrir caminhos novos, apresentar novas temáticas, fortalecer o debate acadêmico e suscitar novas pesquisas”.

A pesquisa do tipo documental possibilitou a utilização de materiais escritos que forneceram informações para o referido estudo, como por exemplo, os documentos legais, que tratam sobre sexualidades e gênero no ambiente escolar. Eles serviram de base para o desenvolvimento da pesquisa sobre as temáticas de gênero e de sexualidades nas políticas públicas de formação de professoras/es.

Conforme destacam Toledo e Gonzaga (2011, p. 166)

A pesquisa documental compreende o levantamento de documentos que ainda não foram utilizados como base de uma pesquisa. Os documentos podem ser encontrados em arquivos públicos, ou de empresas particulares, em arquivos de entidades educacionais e/ou científicas, em arquivos de instituições religiosas, ou mesmo particulares, em cartórios, museus, videotecas, filmotecas, correspondências, diários, memórias, autobiografias ou coleções de fotografias.

Como instrumento para coleta de dados, utilizamos a entrevista do tipo semiestruturada. De acordo com Gil (2008 apud Selltiz et al., 1967, p. 109), a entrevista é uma técnica “[...] adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca das suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes”. Em relação ao tipo da entrevista, o autor defende que quanto mais estruturada a entrevista for, predetermina em maior grau as respostas a serem obtidas, já as menos estruturadas são desenvolvidas de forma mais espontânea, sem que estejam sujeitas a um modelo preestabelecido de interrogação.

A análise de conteúdo foi a técnica utilizada para a análise de dados da referida pesquisa. De acordo com Oliveira (2011, p. 46, *apud* BARDIN, 1977, p. 30), a análise de conteúdo é um “[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações [...]”. Também definida por Gil (2008, p. 152, *apud* BERELSON, 1952, p.13): [...] como: “uma técnica de investigação que, através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto

das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas mesmas comunicações”.

Para este estudo foram selecionados cinco professores com diferentes formações, ambos atuantes no segundo segmento do Ensino Fundamental, de uma escola católica da rede particular de ensino, no município de Quixadá.

A escolha dos entrevistados derivou das suas experiências em sala de aula e também por perceber que eles apresentavam condições de fornecer informações significativas acerca do assunto tratado nesta pesquisa. É preciso tomar especial cuidado no momento da seleção dos entrevistados, certificando-se que de fato sejam indivíduos com condições de fornecer as informações buscadas. (TOLEDO e GONZAGA, 2011).

O contato inicial com os professores aconteceu no dia 15 de dezembro, com o objetivo de apresentar o projeto de pesquisa e convidá-los a participar da entrevista. Após a concordância deles, apresentamos o termo de consentimento livre e esclarecido, coletamos as assinaturas e solicitamos a permissão para realizar a gravação. A entrevista aconteceu no dia 16 do mesmo mês, de acordo com a disponibilidade dos docentes e conforme havíamos combinado no primeiro contato.

Como instrumento utilizamos uma entrevista semiestruturada, com o objetivo de buscar maiores informações relativas ao nosso objeto de estudo. Para o registro da entrevista foi utilizado o gravador de voz de um smartphone, tendo como tempo máximo de gravação 20 minutos. Uma vez executadas as entrevistas, as perguntas e repostas foram transcritas e textualizadas, para então, partirmos para análise dos dados coletados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 DISPOSITIVOS LEGAIS SOBRE QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Antes de apresentar as análises das temáticas de gênero e sexualidades, no que tange às políticas públicas para a formação de professores, faz-se necessário discorrermos sobre as diretrizes legais que

orientam tais diretrizes e que abordam a formação de professores de uma maneira geral.

A Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, por ser considerada a lei máxima obrigatória brasileira, tende a servir como fundamento para os vários dispositivos legais do nosso país, envolvendo os três níveis de governo: Municipal, Estadual e Federal. Se tratando de educação, temos em especial, o artigo 205 da Constituição:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988. n.p).

Compreendemos que a formação (inicial e/ou continuada) de professores é crucial para o desenvolvimento das práticas educativas. Através dela, o educador adquire conhecimentos para serem aplicados em sala de aula, unindo teoria e prática pedagógica. A Lei de Diretrizes e Base da Educação, de 1996, em seu Art. 62, parágrafo 2, estabelece diretrizes e bases para educação nacional direcionadas à formação de professores.

Art. 62. A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal.

2º União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, por sua vez, têm como um dos seus objetivos, a formação dos professores, afirmando que é necessário:

Orientar os cursos de formação inicial e continuada de profissionais – docentes, técnicos, funcionários – da Educação Básica, os sistemas educativos dos diferentes entes federados e as escolas que os integram, indistintamente da rede a que pertençam (BRASIL, 2013, p. 8).

O Plano Nacional de Educação (PNE), de 2014, no tocante à formação de professores, tem como meta definida a de nº 16:

Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste

PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino. (BRASIL, 2014)

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), de 2018, documento mais recente da educação brasileira, no tópico intitulado “Base Nacional Comum Curricular” apresenta algumas decisões voltadas para a organização do currículo. Dentre elas, uma está direcionada a formação de professores:

Criar e disponibilizar materiais de orientação para os professores, bem como manter processos permanentes de formação docente que possibilitem contínuo aperfeiçoamento dos processos de ensino e aprendizagem. (BRASIL, 2018, p.17).

De acordo com Souza e Fialho (2020), as temáticas de gênero e sexualidades ou qualquer terminologia que esteja ligado ao campo dos estudos de gênero não estão explícitas nos documentos como a LDB, o PNE e a BNCC. Segundo o/as autor/a, tal fato invisibiliza as políticas públicas voltadas para mulheres e sujeitos não-heteronormativos, generaliza suas redações, estratégias e metas que versam sobre o combate a toda e qualquer forma de preconceito e discriminação, desprezando assim suas particularidades.

O texto da resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, em consonância com a LDB e a BNCC, em seu Art. 6º sobre política de formação de professores para a Educação Básica, apresenta nove princípios pertinentes, dentre eles, destacamos:

I - a formação docente para todas as etapas e modalidades da Educação Básica como compromisso de Estado, que assegure o direito das crianças, jovens e adultos a uma educação de qualidade, mediante a equiparação de oportunidades que considere a necessidade de todos e de cada um dos estudantes; (BRASIL, 2019, p. 3).

IX - a compreensão dos docentes como agentes formadores de conhecimento e cultura e, como tal, da necessidade de seu acesso permanente a conhecimentos, informações, vivência e atualização cultural; e (BRASIL, 2019, p. 3).

X - a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte, o saber e o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. (BRASIL, 2019, p. 3).

A fim de alcançar o objetivo proposto, analisamos algumas políticas públicas de formação de professores no que diz respeito às temáticas de gênero e sexualidades para melhor apreender os dados coletados.

Ao se propor avaliar o sistema educacional brasileiro no que tange a suas políticas públicas, é importante reconhecer que, a partir das duas últimas décadas do século XX, percorreu-se um rico cenário de projetos e inovações educacionais. Logo, ao pensarmos na pauta escolar e nas políticas públicas direcionadas à educação, salienta-se as inquietações com as temáticas relacionadas com a diversidade, a inclusão e a redução das desigualdades. (CATRINCK, MAGALHÃES, CARDOSO, 2020, p. 189)

De acordo com Cardoso *et al* (2019, p. 1467), “as especificidades relacionadas às questões de gênero e sexualidade situam-se como um marco histórico na implementação dos PCN’s em 1997” (...). Os Parâmetros Curriculares Nacionais, que tratam do tema transversal orientação sexual, como uma proposta de conhecimento e valorização dos direitos sexuais, reprodutivos, prevenção do abuso sexual e da gravidez indesejada, embora não tenham um tópico específico sobre formação de professores, orientam o profissional no trabalho em sala de aula a tratar de sexualidade e destacam a importância do educador ter uma formação específica na área para melhor atender às demandas trazidas pelos alunos.

O professor transmite valores com relação à sexualidade no seu trabalho cotidiano, na forma de responder ou não às questões mais simples trazidas pelos alunos. É necessário então que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema. (BRASIL, 1997, p. 84)

As temáticas de sexualidades nos PCNs para o ensino fundamental estão diretamente relacionadas com a orientação sexual vista como tema transversal, sendo contemplada pelas diversas áreas de conhecimento. Nesse sentido, um “[...] instrumento útil no apoio às discussões pedagógicas (...), na elaboração de projetos educativos, no planejamento das aulas, na reflexão sobre a prática educativa e na análise do material didático”. Além de contribuir para a formação e atualização profissional dos educadores nessa área de conhecimento.

Os PCN’s configuraram-se um avanço nas políticas curriculares, especialmente pela elaboração desse caderno específico, organizado para que os currículos e cotidianos práticos incorporassem as pluralidades sexuais e de gênero, orientando, desse modo, uma formação escolar e humana menos machista. (CARDOSO, GUARAN, UNGER, PIRES, 2019, p. 1467)

O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH), de 1996, se apresenta como um plano de ações governamentais com objetivos definidos para que o Estado possa atuar na proteção dos direitos humanos. Em 2002, um segundo Plano Nacional foi elaborado. Dessa vez, dando uma maior ênfase nas questões relacionadas à orientação sexual:

Inserimos, na pauta das políticas públicas, questões que até pouco tempo atrás eram consideradas tabus ou não recebiam a devida atenção, como a dos direitos dos homossexuais, a situação dos ciganos, a prática da tortura, a questão da violência intrafamiliar, a necessidade de fortalecermos o combate ao trabalho infantil e ao trabalho forçado e a luta pela inclusão das pessoas portadoras de deficiência. (BRASIL, 2002, n.p).

Ainda sobre o PNDH, se tratando das iniciativas voltadas para a educação, no que se refere às temáticas de gênero e sexualidades nas políticas públicas para a formação de professores, destacamos:

132. Capacitar os professores do ensino fundamental e médio para promover a discussão dos temas transversais incluídos nos Parâmetros Curriculares Nacionais PCNs. (BRASIL, 2002, n.p).

242. Apoiar programas de capacitação de profissionais de educação (...), para promover a compreensão e a consciência ética sobre as diferenças individuais e a eliminação dos estereótipos depreciativos com relação aos GLTTB. (BRASIL, 2002, n.p).

Entre 2005 e 2006, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC), lançou o projeto “Formação de Profissionais da Educação para a Cidadania e Diversidade Sexual”, com o intuito de “[...] promover, por meio de cursos de formação e capacitação, posturas de respeito (...) à diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero”. Antes disso, no ano de 2004, a SECAD já havia fundamentado as políticas públicas de formação continuada e através dos Cadernos Secads (2007), abordou os tópicos de gênero e diversidade sexual, entre outros.

Mais uma política pública que contribuiu para o aprimoramento da formação de educadores envolvendo essas temáticas foi o Projeto “Gênero e Diversidade na Escola”, em 2009. Um curso de formação continuada de profissionais de educação da rede pública.

Estamos conscientes de que o “Curso Gênero e Diversidade na Escola” tem um enorme desafio pela frente. Entretanto, longe de nos desestimular, a realidade nos encoraja a dar este importante passo,

para que um dia seja possível afirmar que, assim como nosso país, a escola brasileira é uma escola de todos/ as. Estamos certos/as de que incorporar o debate de Gênero e Diversidade na formação de professores/ as que trabalham com crianças e jovens é o caminho mais consistente e promissor para um mundo sem intolerância, mais plural e democrático. Formar educadores/as é apenas o primeiro passo. (BRASIL, 2009, p. 10.)

Podemos ainda citar o referido Curso de Especialização *Lato Sensu* em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos (GDDH), turma 2020.1, na modalidade de Educação a Distância, proporcionado pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), vinculada ao Ministério da Educação da República Federativa do Brasil, que tem como objetivo geral fomentar a educação permanente, aperfeiçoando conhecimentos, habilidades e atitudes na perspectiva da promoção da igualdade de gênero e da garantia dos direitos humanos.

Vale destacar ainda que, a Declaração dos Direitos Sexuais, de 1997, Art. 10º, fala do direito de todos os seres humanos à educação sexual integral “Este é um processo vitalício que se inicia com o nascimento e perdura por toda a vida e deveria envolver todas as instituições sociais”. Contudo,

Não bastarão leis, se não houver a transformação de mentalidades e práticas, daí o papel estruturante que adquirem as ações que promovam a discussão desses temas, motivem a reflexão individual e coletiva e contribuam para a superação e eliminação de qualquer tratamento preconceituoso. Ações educacionais no campo da formação de profissionais, como o curso Gênero e Diversidade na Escola, são fundamentais para ampliar a compreensão e fortalecer a ação de combate à discriminação e ao preconceito (BRASIL, 2009, p. 09).

Eis a necessidade da existência de políticas públicas para a formação de professores no que tange às temáticas de gênero e sexualidade, a fim de assegurar o direito sexual de todos os estudantes, além de contribuir para a eliminação de qualquer tipo de preconceito.

[...] Para tanto, as escolas de formação dos profissionais da educação, sejam gestores, professores ou especialistas, têm um papel importantíssimo no sentido de incluir, em seus currículos e programas, a temática da gestão democrática, dando ênfase à construção do projeto pedagógico, mediante 60 trabalho coletivo de que todos os que compõem a comunidade escolar são responsáveis. (BRASIL, 2013, p. 59-60).

3.2 A VOZ DAS/OS PROFESSORAS/ES: A EXPERIÊNCIA DOCENTE EM GÊNERO E SEXUALIDADES.

Após discorrer sobre as diretrizes legais que orientam as políticas públicas de formação de professores, e ainda, analisar as temáticas de gênero e sexualidade em tais políticas, seguimos buscando resposta para o problema inicial da pesquisa. Dessa vez, a partir dos dados coletados durante a realização da entrevista para a referida pesquisa.

Na busca de compreender como essas expressões se apresentam na construção da prática pedagógica docente na atualidade, analisamos e, posteriormente discutimos alguns trechos das entrevistas realizadas com alguns professores/as de diferentes formações, ambos atuantes no segundo segmento do ensino fundamental, de uma escola católica da rede privada de ensino, no município de Quixadá. A escolha da instituição se deu pelo fato de ser uma escola considerada tradicional na região, com quase 70 décadas de existência. Os/as professores/as entrevistados/as (3 homens e 2 mulheres) com idade variando entre 22 a 50 anos e residentes no município de Quixadá.

Os docentes demonstraram estar conscientes da necessidade e da importância de se trabalhar com as temáticas de sexualidade e gênero em sala de aula. Alguns trechos das entrevistas comprovam isso:

“Eu acho essencial porque a gente entra na questão da prevenção, a gente consegue também entender o que eles estão sentindo e ajudá-los (...)”. (Entrevistado 01).

“[...] Por uma questão de direito, do respeito pela liberdade (...) quanto mais conversamos sobre isso, menos preconceito nós teremos”. (Entrevistado 02).

“[...] A nossa sociedade está mudando, então a gente tem que abrir a nossa mente e buscar também abrir a mente das pessoas que estão ao nosso redor”. (Entrevistado 03).

“[...] Conversar sobre essas temáticas é uma maneira de combater certas posturas, certas ideias, brincadeiras, tanto no ambiente profissional, como no seio familiar também”. (Entrevistada 04).

“[...] Existem questões que vão além da nossa disciplina, são questões inerentes da sociedade e que a gente precisa se ater pra isso, evitando situações constrangedoras se a gente soubesse conduzir o assunto da melhor maneira (...)”. (Entrevistada 05).

Assim, ao analisarmos as falas dos entrevistados, pudemos perceber que todos se sentem motivados a debater sobre gênero e sexualidade em sala de aula, no entanto, relataram não ter preparo suficiente para abordar abertamente o assunto.

“Hoje eu me sinto à vontade de falar, agora não sei se tenho preparo suficiente, acho que não, porque a cada dia tem coisas novas [...]”. (ENTREVISTADO 02).

O motivo mais recorrente foi à falta de conhecimento/formação acerca das temáticas, segundo alguns dos entrevistados:

“Uma das barreiras que eu, particularmente tenho enfrentado, é abrir a mente. Entender como é que funcionam certas escolhas; as nomenclaturas. Então, às vezes eu me sinto um pouco perdida (...). Eu ainda tenho muito medo de falar nesse assunto por eu ainda não dominá-lo e por não ter conhecimento aprofundado sobre isso, eu tenho medo de acabar falando alguma coisa errada e eu acabar fazendo a pessoa se sentir mais excluída, mais afastada do que a pessoa já se sente. Não me sinto preparada”. (ENTREVISTADA 03).

“Eu mesma tenho pouco conhecimento, então eu me sinto despreparada, eu preciso estudar mais, aprender quais são os termos pra cada situação. Eu mesma não procurei ler, me informar, conhecer (...). Eu sei que preciso buscar conhecimentos porque se de repente aparecer uma situação nova, eu tenho que saber como agir, eu como professora, eu tenho que saber como agir (...)”. (ENTREVISTADA 04).

Quando perguntados sobre a oportunidade de estudar, refletir e pesquisar tais conteúdos na graduação e/ou durante a trajetória profissional, a maioria relatou não ter tido oportunidade em nenhuma dessas situações.

“Eu acho que esses assuntos deveriam começar a ser debatido desde a nossa formação. Eu acho que também deveria ter palestra com pessoas transgênero, transexual, e afins, para mostrar para as pessoas, a realidade, não somente do ponto de vista científico, mas do ponto de vista de uma pessoa que vive e que enfrenta preconceitos todos os dias. Eu acho que isso geraria mais empatia nas pessoas”. (ENTREVISTADA 03).

“Nós, enquanto professores e professoras, já é para fazer parte da nossa formação um aprofundamento em relação a essas questões. Todas as questões que de certa forma trabalham o humano, a diversidade (...). Então eu acho que independe de formação, já é para o professor parar e refletir sobre essas questões seja qual for a disciplina, não somente humanas, não somente linguagens, os professores têm que estar atentos para essas questões porque a gente pode se deparar com situações constrangedoras para uma pessoa se a gente não souber lidar com essas temáticas, com essas questões. Então eu acredito que já é pra fazer parte inerente a nossa própria formação, e quando eu falo em formação, não é esperar um

momento “x” ou “y”, mas dá formação enquanto ser”.
(ENTREVISTADA 05).

De um modo geral, percebemos que a “dificuldade” enfrentada pelas/os professores/as entrevistadas/os está nas identidades, sobretudo relacionadas às diversidades de orientação sexual e identidade de gênero. Para tanto, torna-se fundamental resgatar os conceitos apresentados nos Princípios de Yogyakarta, que trata sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero.

1) Compreendemos orientação sexual como uma referência à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas. 2) Compreendemos identidade de gênero a profundamente sentida experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo atribuído no nascimento, incluindo o senso pessoal do corpo (que pode envolver, por livre escolha, modificação da aparência ou função corporal por meios médicos, cirúrgicos ou outros) e outras expressões de gênero, inclusive vestimenta, modo de falar e maneirismos.

Estabelecendo uma relação com os trechos anteriormente citados pelos entrevistados, destacamos um trecho do caderno SECAD/MEC “Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos”, no qual relata que:

Historicamente, tanto a formação acadêmica como a formação de educadores/as em exercício não têm contemplado o debate sobre as discriminações e preconceitos de gênero, étnico-racial e de orientação sexual. Reside nesse fato a importância da promoção de ações sistemáticas que ofereçam a profissionais da educação bases conceituais e pedagógicas que os ajudem a abordar adequadamente essas questões. (BRASIL, 2007, p. 55)

Vale lembrar que os documentos normativos de 2007 ainda não incluíam identidade de gênero em seus textos, o que retardou cada vez mais o debate sobre essas questões.

Os docentes defendem que as temáticas de gênero e sexualidades devem estar presentes na grade curricular dos cursos superiores, juntamente com as disciplinas que tratam da questão da diversidade, pois assim, o profissional, ao chegar à sala de aula, não encontrará muitas barreiras para lidar com essas questões, como acontece na atualidade.

Em relação ao ensino básico, os professores consideram que a discussão sobre gênero e sexualidade deve estar presente no dia a dia da sala de aula, através de rodas de conversas, projetos escolares, componentes curriculares, e outros. Contudo, a escola precisa orientá-los através de cursos, palestras e formações continuadas a respeito do assunto, principalmente porque o ensino de educação sexual é um tabu e apesar de considerarem importantes, não sabem exatamente o que é. Afinal, qual o ensino de sobre relações de gênero e sexualidades que as pessoas querem ou consideram importantes?

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos às temáticas de sexualidades e gênero no contexto escolar, não são tão recentes, sendo implantadas pela primeira vez nos Parâmetros Curriculares Nacionais, em 1997. Não é à toa que os PCNs sobre orientação sexual foram considerados um avanço no setor educacional e porque não dizer, nas políticas públicas de formação de professores.

Desde então, outros documentos abordando essas questões foram sendo criados, embora de uma maneira um pouco mais tímida que o seu precursor, como é o caso da Base Nacional Comum Curricular, documento mais contemporâneo da educação brasileira.

Contudo, esta investigação, nos permitiu compreender que as expressões de sexualidades e gênero, mesmo sendo discutidas nos documentos que dizem respeito às políticas públicas de formação de professores, não têm sido suficientes para contemplar a prática pedagógica, de uma maneira que o professor consiga compreender efetivamente as questões da diversidade, bem como os direitos humanos. Com isso, dialogar abertamente sobre esses assuntos com os seus alunos e, ao mesmo tempo, combater qualquer tipo de preconceito e discriminação através de uma prática mais assertiva.

Concluimos, portanto, que existem leis que garantem a promoção da formação dos professores, porém, as políticas públicas voltadas para esse campo, não têm sido eficazes no sentido de atender às demandas necessárias

a uma prática inclusiva, que acolha a diversidade sexual e combata preconceitos e desigualdades de gênero.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado>.

Acesso em: 09 jan. 2022.

BRASIL. **Gênero e diversidade na escola: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais**. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. Disponível em: <https://www.unifaccamp.edu.br/graduacao/letras_portugues_ingles/arquivo/pdf/gde.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996**. São Paulo: Saraiva, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 09 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de junho de 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 09 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_verseofinal_site.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação: Conselho Pleno. **Resolução cne/cp nº 2, de 20 de dezembro de 2019**. Institui diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Diário Oficial da União, Brasília, 20 de dezembro de 2019, Seção 1, p. 142. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>>. Acesso em: 27 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Gênero e Diversidade Sexual na Escola: reconhecer diferenças e superar preconceitos**. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2007. Disponível em: <http://www.clam.org.br/bibliotecadigital/uploads/publicacoes/1577_1660_cader_nossecad4.pdf>. Acesso em: 20 de jan. de 2022.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 09 jan. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília: MEC/SEF, 1997. Disponível em: <<https://www.novaconcursos.com.br/blog/pdf/pcn-pluralidade-cultural.pdf>> Acesso em: 09 jan. 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto nº 1.904, de 13 de maio de 1996.** Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/programa-nacional-de-direitos-humanos-1996.pdf>>. Acesso em: 29 jan. 2022.

CARDOSO, Livia de Rezende; GUARAN, Ann Letícia Aragão; UNGER, Lynna Gabriella Silva; PIRES, Manuella de Aragão. Gênero em políticas públicas de educação e currículo: do direito às invenções. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.17, n.4, p. 1458-1479 out./dez. 2019 e-ISSN: 1809-3876. Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP. Disponível em: <<https://doi.org/10.23925/1809-3876.2019v17i4p1458-1479>>. Acesso em 18 jan. 2022.

CATRINCK, I. M. O.; MAGALHÃES, S. A. B.; CARDOSO, Z. S. Políticas Públicas Educacionais de Gênero e Diversidade Sexual: avanços e retrocessos. **Revista da FAEEDBA - Educação e Contemporaneidade**, v. 29, n. 58, p. 187-200, 4 jul. 2020. Disponível em: <https://revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/8142/pdf>. Acesso em 18 jan. 2022.

Congresso Mundial de Sexologia. **Declaração Dos Direitos Sexuais (1997).** Espanha, 1997. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/dedi/declaracao_direitos_sexuais.pdf>. Acesso em 28 jan. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** - 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2022.

LOURO. Guacira Lopes. Corpo, escola e identidade. Disponível em: [46833-Texto do artigo-189816-1-10-20140505_pos.pdf](http://46833-Texto%20do%20artigo-189816-1-10-20140505_pos.pdf). **Revista Educação e Realidade**, v. 25, n. 02, p. 59-76, jul/de\ 2000. Acesso em 06 fev. 2022.

Oliveira, Maxwell Ferreira de. **Metodologia científica:** um manual para a realização de pesquisas em Administração / Maxwell Ferreira de Oliveira. -- Catalão: UFG, 2011. Disponível em: <[Manual de metodologia científica - Prof Maxwell.pdf](http://Manual%20de%20metodologia%20cientifica%20-%20Prof%20Maxwell.pdf)>. Acesso em: 06 fev. 2022.

Princípios de Yogyakarta. **Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero.** Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sos/gays/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em: 31 jan. 2022.

SOUZA, Homero Henrique de; FIALHO, Lia Machado Fiuza. A Importância das Políticas Públicas Educacionais para as Questões de Gênero e Sexualidade na Escola. **Inovação & Tecnologia Social**. nº 3.2020. p. 19-32, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.47455/2675-0090.2019.1.3.3863>>. Acesso em 31 mar. 2021.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut de, GONZAGA, Maria Teresa Claro (Orgs.). **Metodologia e técnica de pesquisa nas áreas de Ciências Humanas.** Maringá: Eduem, 2011. Disponível em: <<file:///C:/Users/usuario/Downloads/LIVRO.METODOLOGIAS%20E%20T%C3%89CNICAS%20DE%20PESQUISA.pdf>>. Acesso em 31 mar. 2021.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (a) Sr (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa intitulada: “Sexualidades e Gênero nas Políticas Públicas de Formação de Professores”. Seu objetivo é analisar às temáticas de gênero e de sexualidades no que diz respeito às políticas públicas de formação de professores, a fim de compreender como tais expressões se apresentam na construção da prática pedagógica docente na atualidade. Este estudo é orientado pela Professora Núbia dos Reis Pinto, como parte da disciplina Elaboração de Artigo Científico, do curso de Pós-Graduação em Gênero, Diversidade e Direitos Humanos, da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Para tanto, realizaremos entrevistas qualitativas, as quais consistem de um diálogo entre pesquisadores e pesquisados, no sentido de coletar pontos de vistas sobre o tema em questão.

As informações fornecidas serão utilizadas apenas para fins acadêmicos, suas repostas serão tratadas de forma confidencial e em nenhum momento sua identidade será divulgada. Ademais, no processo de análise das informações obtidas, os nomes dos (as) entrevistados (as) serão substituídos por outros fictícios.

A finalidade desta investigação é eminentemente científica. Não há a pretensão de julgamento acerca do certo ou do errado, mas sim a de fazermos um retrato da realidade. Nesse sentido, a sua sinceridade é valiosa para esta pesquisa.

A entrevista será gravada, se assim autorizada, para posterior transcrição.

Em caso de consentimento, assine a declaração a seguir.

Declaro estar ciente do inteiro teor deste TERMO DE CONSENTIMENTO e estou de acordo em participar do estudo proposto, sabendo que dele poderei desistir a qualquer momento, em sofrer qualquer punição ou constrangimento.

Quixadá, _____ de _____ de 20____.

Entrevistado (a):

APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA

01. Na sua visão, o que é uma prática docente inclusiva no que diz respeito às temáticas de gênero e sexualidades?
02. Para você, quais as barreiras e possibilidades de diálogos sobre sexualidade e gênero no ambiente escolar?
03. Você considera importante discutir sobre sexualidade com os alunos? Você se sente preparado/motivado para isso?
04. Com base em sua própria experiência quando frequentou a escola, cite ao menos uma instância em que sua escola ou algum professor favoreceu meninos ou meninas. Como professor, de que forma você procuraria corrigir esse preconceito de gênero?
05. Na sua trajetória acadêmica você teve a oportunidade de estudar, refletir ou pesquisar as temáticas de gênero e sexualidade?
06. Quais evidências de preconceito de gênero existem na sala de aula? Que progressos as escolas poderiam fazer na redução desse preconceito?
07. A escola na qual você atua estimula debates sobre temáticas como gênero e sexualidade? Justifique.